



## SEXUALIDADE E PADRÕES SOCIAIS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO

## SEXUALITY AND SOCIAL BEHAVIOR: THE EDUCATION ROLE

## SEXUALIDADY ESTÁNDARES SOCIALES: EL PAPEL DE LA ÉDUCACION

Leandro Porto Marques<sup>1</sup>; ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9477-2543>

Jefferson Marçal da Rocha<sup>2</sup>; ORCID <http://orcid.org/0000-0002-5873-0992>

### RESUMO

Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os estudos de gênero e diversidade sexual em contrapartida a norma cultural de uma única sexualidade e identidade padrão, no contexto dos processos educativos. O objetivo é fazer uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e o seu papel na sociedade contemporânea, considerando-as que estas se constituíram historicamente em uma ferramenta que fortaleceu os padrões heteronormativos ao construir sua prática através de uma representação dual e oposta de mundo. Entende-se que é a partir do meio escolar que se adquire perspectivas de tolerância ou de preconceitos, neste sentido é responsabilidade do educador buscar inserir na sua prática temas que levem a reflexão sobre todos os tipos de sexualidade e identidades em uma ótica plural e abrangente. Vê-se a partir deste pressuposto que o meio escolar pode se tornar uma ferramenta auxiliadora da inclusão social, ou ao contrário, ser propagador de práticas preconceituosas.

**Palavras-Chave:** Sexualidade, Identidade, Gênero, Educação.

### ABSTRACT

This work is a bibliographic review on gender and sexual diversity studies in contrast to the cultural norm of a single sexuality and standard identity, in context of educational process. The aim of this study is to reflect about the pedagogical practices and their role in a contemporary society, considering that they have historically constitute a tool that has strengthened heteronormative standards by building their practice through a dual and opposite representation of the world. It is understood that it is from the school environment that one acquires perspectives of tolerance or prejudice, in this sense it is responsibility of the educator seek to insert in their practice themes that lead to a reflection on all types of sexuality and identities in a plural and comprehensive perspective. Form this assumption it becomes our knowledge that the school environment can be an instrument of social inclusion, or on the contrary, be propagator of prejudiced practices.

**Keywords:** Sexuality; Identity; Gender; Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA. E-mail: [leandroportomarques@gmail.com](mailto:leandroportomarques@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA. E-mail: [jeffersonmrocha@gmail.com](mailto:jeffersonmrocha@gmail.com)

## **RESUMEN**

Este trabajo se trata de una revisión bibliográfica sobre los estudios de género y diversidad sexual en contrapartida a la norma cultural de una única sexualidad e identidad estándar, en el contexto de los procesos educativos. El objetivo es hacer una reflexión sobre las prácticas pedagógicas y su rol en la sociedad contemporánea, considerando que éstas se han constituido históricamente como una herramienta que ha fortalecido los patrones heteronormativos al construir su práctica a través de una representación dual y opuesta de mundo. Se entiende que es a partir del medio escolar que se adquieren perspectivas de tolerancia o de prejuicios, en este sentido es responsabilidad del educador buscar insertar en su práctica temas que lleven a reflexión sobre todos los tipos de sexualidad e identidad en una perspectiva plural y abrangente. Se nota que a partir de esta suposición que el medio escolar puede tornarse una herramienta de ayuda a la inclusión social, o al contrario, ser propagador de prácticas prejuiciosas.

**Palabras-Clave:** Sexualidad; Identidad; Género; Educación.

Data de submissão 18/07/2020

Data de aceite 21/12/2020

## **INTRODUÇÃO**

A questão da sexualidade, dos estudos de gênero e os aspectos que estes termos se referem são discutidos por vários autores (SILVA et al. 2017; NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013; MACRAE; FREY, 1991; BAGEMIHL, 1999; BUTLER 2003). Embora esses temas possam ser tratados como novidade em alguns espaços, como nas escolas, por exemplo, eles fazem parte da história da humanidade.

Segundo Moreira Filho; Madrid (2009), esta alienação sobre o tema existe porque, em sua construção, a sociedade adotou ideais heteronormativos como um padrão de comportamento a serem seguidos por todos, a partir de um reflexo das normas adotadas no século XVIII, que respaldavam a visão religiosa oriunda do Império Romano em que a moral e os bons costumes, eram os considerados na heteronormatividade, como padrão social. Segundo Cardoso, et al. (2020) a cultura hegemônica se construiu a partir da lógica sexo-gênero-sexualidade, onde a heterossexualidade passou a ser a única possibilidade sexual aceita socialmente como norma, fazendo com que se criasse uma forte rejeição às sexualidades

diferentes desta imposta. Adjunto a esta constatação, a heteronormatividade se afirma na construção dos papéis sexuais de gênero, a ideia falaciosa de que o gênero masculino detém posição privilegiada em comparação ao seu oposto, mais frágil, o gênero feminino, o segundo sexo.

No século XX todo aquele que não se adequava aos padrões e costumes construídos passou a ser considerado à margem da sociedade, marginalizados e em alguns casos violentados por estarem fora das convenções ditadas pela cultura de dominação heteronormativa. Além da exclusão social, em muitos contextos a homossexualidade foi tratada como doença mental e/ou uma simples escolha que, por parte da sociedade, é considerada um comportamento não natural e abominável (MOREIRA FILHO; MADRID, 2009).

Na educação contemporânea assuntos que permeiam sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade e comportamento social vêm ganhando um espaço em debates entre alunos e professores nos estudos de cultura. Para Forlanetto et. al. (2019, p. 2): “Reconheceu-se que a sexualidade é constitutiva dos sujeitos desde a infância e, portanto, a escola foi considerada local privilegiado para políticas e projetos que

garantam os direitos reprodutivos e sexuais de seus alunos no âmbito da educação”.

Porém, falar sobre a temática no âmbito escolar se torna um desafio, já que a escola, assim como outros espaços sociais, está inclusa em uma reprodução da cultura heteronormativa e sexista. Sendo assim, tanto na família quanto na sala de aula as crianças e jovens são moldados e aprendem através do filtro social imposto pela hegemonia do pensar. Estes costumes são reproduzidos de forma automática, influenciando seu aprendizado e forma de ver o mundo.

A escola, assim como diversos âmbitos que auxiliam na criação de formas de percepção do ser, é influenciada pela família, segundo Furlani (2005):

Pais, mãe e todos/as que se relacionam com a criança apresentam um comportamento que reforça (ou que constrói) as características sociais esperadas por aquele “sexo/gênero”. Trata-se de todo um conjunto de aspectos diversos como atitudes, linguagem, vestimentas, brinquedos, que, uma vez expressados no comportamento dos adultos, familiares e da sociedade, de um modo geral, contribuirão para a definição de uma identidade subjetiva a ser incorporada por aquela pessoa (FURLANI, 2005, p. 51).

Logo ao responder de acordo com a criação da criança que é embebida nas normas sexistas da sociedade, a prática pedagógica não reflexiva que reproduz padrões pré-estabelecidos passados na primeira infância pela criação familiar acaba por reforçar uma linguagem de símbolos e valores que irá excluir aqueles que não correspondem aos signos a eles atribuídos.

Partindo destes contextos, o objetivo deste artigo é trazer a partir de uma revisão teórica, uma reflexão sobre as práticas pedagógicas praticadas nas escolas, considerando que estas podem se constituir em mecanismos de fortalecimento de padrões heteronormativos e visões de

mundo excludentes; ou, ao contrário, como um espaço onde o indivíduo, através de uma educação libertária, aprende a lidar com a diversidade sexual e de gênero, assim desconstruindo padrões impostos historicamente.

Este texto está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira se relata a metodologia utilizada neste estudo, de caráter exploratório e documental. Na segunda faz-se uma discussão sobre a os aspectos histórico sociais da sexualidade, já na terceira etapa do artigo elabora-se uma discussão acerca dos padrões e preconceitos socialmente construídos, como os foram e o que estes provocam em sociedade, após em sua quarta e última etapa, se discute a perspectiva de uma pedagogia “não normativa” e busca relacioná-la com os temas previamente trabalhados. Por fim nas considerações finais se busca deixar como provocação a futuras reflexões o papel da escola e da educação de transformação na sociedade ou de mantenedora e reprodutora de padrões construídos na cultura heteronormativa.

## **Metodologia**

Este estudo trata de uma revisão bibliográfica, que segundo Sá-Silva et al. (2009), constitui-se de uma busca documental em artigos científicos, livros, periódicos, dentre outras fontes já analisadas por outros autores, para que se responda os objetivos propostos pela pesquisa.

Buscou-se em documentos científicos, em periódicos e livros, textos que tratassem de temas sobre identidade de gênero, a diversidade sexual, a percepção social, a identidade como fenômeno social, a construção da cultura heteronormativa e a (não) naturalização de atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico; a conceituação de gênero/sexo diferenciando estes ao sexo biológico e aos costumes e conjunto de normas que se impõe ao indivíduo através do fator social. Durante a

pesquisa apoiou-se tanto em conceitos debatidos nas humanidades (antropologia, filosofia e sociologia), como, também, em conceitos tratados e estudados na biologia e nas ciências da natureza. Também se fez uma pesquisa sobre os processos educativos, na sua forma libertária.

Adotaram-se métodos, onde, segundo Pimentel (2001), se garimpa e se busca extrair das fontes bibliográficas partes importantes que respondem ao objetivo do tema em estudo. Sá-Silva et al. (2009), defende que, trata-se de um método de pesquisa que, em parte, elimina a necessidade da interferência do pesquisador seja sua presença, intervenção ou qualquer interação externa com o objeto pesquisado. Já que em base documental extrai-se qualquer informação desejada, no caso deste estudo, situações históricas e dados qualitativos.

### **A sexualidade e seus aspectos históricos**

O que é homossexualidade? Questionavam os antropólogos Peter Fry e Edward MacRae que em 1983 publicaram uma importante obra com este título, buscavam não só responder a esta pergunta, mas levantar aspectos de reflexão sobre os preconceitos que este tema traz. Afirmam os autores que a homossexualidade não se constitui em um único aspecto, mas sim, um conjunto de aspectos e significados diferentes, e que para responder a estes questionamentos é necessário recorrer a conceitos culturais, biológicos, históricos, psicológicos, entre outros, pois responder o que é homossexualidade dependerá de cada momento histórico e de cada ator social. O que no último século (XX) tem sofrido extrema interferência de aspectos religiosos conservadores.

Na discussão biológica sobre o tema, Bagemihl (1999) em um estudo já clássico sobre o tema, discute sobre a sexualidade animal, sua diversidade e organização, tipos e conceitos. O autor considera que, pela vasta diversidade de comportamento sexual registrada em mais

de 450 espécies, o reino animal não é apenas heterossexual. Este considera a homossexualidade como sendo um conjunto de comportamentos que vai além do ato sexual.

Bagemihl (1999) define a homossexualidade como natural, mas afirma que o conceito de naturalidade não depende do que se mostra e sim de quem vê o que é mostrado. A cultura dominante insiste em usar o conceito de não naturalidade ligando-o a explicações biológicas. Muitos educadores insistem em indicar que a homossexualidade não acontece no reino animal, logo não é natural. Porém, se fosse esse o caso, vemos muitos comportamentos humanos naturais não sendo expressa no reino animal como, o uso de vestuários, a prática de cozinhar ou até afetos e beijos entre pares. Também vemos padrões naturais no reino animal não sendo repetido nas sociedades humanas, como o canibalismo por exemplo. Isso reflete o contexto social e político do termo homossexual, onde se admite como natural somente aquilo que socialmente é aceito, e de não natural aquilo que socialmente é repudiado em uma determinada convenção social.

Vemos esse fato refletido não só na homossexualidade, mas também em padrões de étnicos, como a pele negra, por exemplo, ser considerada socialmente inferior a branca. Levando ao racismo cultural de uma etnia. Porém assim como a etnia, a sexualidade apresenta ser uma característica inata, apresentada em diversas espécies, o que levaria a considerar os aspectos biológicos como natural. Porém isso não é o suficiente, já que a naturalidade depende do observador e não das características do fato observado (BAGEMIHLE, 1999).

Estudos sobre a homossexualidade animal leva-nos a percepção que este comportamento ocorre desde o período Oligoceno, época compreendida cerca de 24 a 37 milhões de anos antes do presente (AP). Diversas formas de homossexualidade foram encontradas nessa

época em mais de 30 espécies de macacos e chimpanzés. Os Bonobos, por exemplo, apresentaram e ainda apresentam comportamento sexual com o mesmo sexo ou sexo oposto, ou seja, constituem comportamento sexual afetivo, tanto homossexual, heterossexual e bissexual, com a mesma frequência e entusiasmo (BAGEMIHLE, 1999). Padrões lésbicos, e gays de casais e interações também foram encontrados entre gorilas, macaco *Arctoides* e primatas diversos.

Bagemihl (1999) traz em seus estudos a compreensão que além do fato que a sexualidade é inata ao ser, também a fatores ambientais e sociais que podem influenciar este comportamento, transmitidos de forma cultural entre grupos populacionais. A sexualidade uma vez sendo uma expressão genética pode ser recessiva e apenas desenvolvida após a exposição do indivíduo a uma pressão ambiental ou cultural que o faz identificar-se. A identificação como um processo social através da exposição, como defende Lacan (2003), poder-se-ia ser afetada, neste caso, com a omissão de certas identidades ou a sua possível demonização por ferramentas de opressão. Daí a importância de um processo educativo libertador e que não se limite a cultura do paradigma heteronormativo.

Segundo Prata (2007) na história do ser humano, a homossexualidade tem sido tratada como natural a milênios de anos atrás, em algumas culturas foi considerada como rito de passagem. Segundo o mesmo autor, as manifestações de homofobia tiveram início com a queda do Império Romano no século II, quando os políticos da época se fundiram aos religiosos e concluíram que o “contato com os corpos e as paixões desmedidas estavam levando o cidadão à escravidão da mente e dos sentidos” (PRATA, 2007, p. 6).

De acordo com Prata (2007), no Brasil, colonizado por Portugal já no início da era moderna, foram adotadas as regras impostas por um cristianismo já consolidado como padrão religioso e

cultural. Contraindo os mesmos costumes europeus do século XVI, as leis culturais aplicadas nas novas terras da América, consideravam a sodomia, por exemplo, um dos piores crimes cometidos, em muitos casos devendo ser castigado. Como estas práticas estavam ligadas diretamente a faixa de população homossexual, aqueles que constituíam o padrão heteronormativo não eram atingidos.

Porém, há registros que a sodomia era percebida como um direito dos mais ricos, assim as elites não eram afetadas por preconceitos ou punições. Muitos nobres e ou ricos, foram encobertos e nunca envolvidos em comportamentos sexuais com indivíduos do mesmo sexo, justamente por pertencerem a uma casta superior. Pinto (2011), ressalta o comportamento homossexual da época entre um príncipe de Portugal e seus vassalos em seu romance; “[...] ele gosta de machos pois só os homens conhecem a anatomia do corpo masculino e os caminhos que conduzem ao verdadeiro prazer” (PINTO, 2011). Um dos vassalos, apaixonado pelo príncipe português, diz “palavras de amor aos ouvidos que não posso repetir porque a minha condição não me permite” (PINTO, 2011) e relata que dada à condição inferior de um escravo, tais sentimentos seriam criminosos, mesmo sendo comum para a realeza, por exemplo, nas atividades de caça manter relações sexuais com seus subordinados era uma prática constante no Brasil colonial (PINTO, 2011). O caráter permissivo das relações homo afetivas se estendia a uma posição de dominação, expressa em sua classe social, de escravo e senhor de escravo.

Na contemporaneidade o comportamento homossexual é condenado pela sociedade devido a ferramentas de dominação do estado que imbuíram nos indivíduos um conjunto de normas e forma de estar no mundo que os precede (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013). Valores heterossexuais, passados de geração em geração através da cultura e, também, de forma indireta ensinado nas

escolas são os que constituem certa norma social. É através dos padrões heteronormativos, muitas vezes machistas, que se constituíram as formas de ser e estar em sociedade, passadas na educação formal e informal (SILVA, 2016; BORTOLINI, 2011; SILVA et al, 2017).

Aqui parte-se do princípio, que ao debruçar-se sobre sexualidade “[...] não há uma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas associadas a ele são reduzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo dessas sociedades” (FRY; MACRAE 1991, p. 10).

Logo para se pensar sexualidade e estudos de gênero é necessário fazer o recorte histórico, refletir e pensar sobre em que época e quem imbuíu o debate sobre o tema, é a partir de um olhar cultural e histórico que ao depender do ator social a homossexualidade, por exemplo, pode ser a expressão da reencarnação de um espírito com gênero oposto ao corpo reencarnado. Fry; MacRae (1991), Cardoso et. al (2020) e Butler (2003) afirmam em seus estudos que uma das primeiras implicações históricas nos estudos de gênero refletidas nas relações sociais, são os papéis sexuais. Os autores denunciam a forma como a sociedade contemporânea se organiza em uma hierarquia de classes que oprime de acordo com seu sexo-gênero-sexualidade, nesta respectiva ordem, adotando uma prática sexual e um primeiro, posteriormente um segundo, sexo sem reconhecer que estas categorias são distintas e independentes entre si. Isso implica que na cultura hegemônica o indivíduo homem deve ser homem, macho e hétero na medida em que a mulher deveria ser mulher, feminina e hétero, pois aqui se adota a heterossexualidade como a única sexualidade.

Uma das frases mais celebre e conhecidas na sociedade contemporânea dita por Simone de Beauvoir autora do livro *O Segundo Sexo*, que é referência nos estudos de gênero, é que “ninguém nasce

mulher, torna-se mulher.” Com essa frase Beauvoir (1949) nos remete ao que Cardoso, et al. (2020) dita ao pensar os papéis sexuais em que a sociedade se organiza. Os autores relatam que não é o destino biológico ou psíquico ou econômico que define a mulher ou o homem e a forma como este assumem suas relações na sociedade, é a partir de um conjunto de normas culturais que se dá o que é masculino e feminino.

Ao entender que o gênero é uma construção social e que não se remete ao sexo, basta desmistificar que a heterossexualidade é a norma permissível, conhecida como heteronormatividade, esta que está intimamente ligada ao machismo e aos papéis sexuais do que se espera ser homem e do que se espera ser mulher.

Pode-se retornar para a era bizantina no século V, com a adoção do cristianismo como religião oficial do Império Romano e a única considerada crença real, marginalizando as culturas que eram politeístas ditas como pagãs. No tocante as relações sociais, as consequências dessas adoções se dão com a instalação da “monogamia e a indissolubilidade do casamento” (PRATA, 2007, p. 07) e o entendimento de que práticas de sodomia, termo antes utilizado para designar relações homo afetivas, seria proibida e punível com a morte, futuramente ainda entendido como um crime de *lesa-majestade* contra a coroa britânica e portuguesa, anos após a era dos imperadores.

A criminalização/marginalização de práticas sexuais destoantes da heterossexual se manteve como norma social até a sociedade contemporânea, isso porque, como afirma Butler (2000) é do interesse do estado capitalista a formação de famílias que possam deixar descendentes e estes futuros descendentes e assim sucessivamente para a criação de um exército industrial de reserva para a manutenção do capital produtivo, sempre havendo novos trabalhadores capazes de se inteirar na sociedade.

Nesta mesma perspectiva de raciocínio os papéis sexuais são de interesse à burguesia, pois sempre irão delimitar claramente a quem certos locais da sociedade são destinados, com isso vê-se que sexualidades que não deixam descendentes não são de interesse social para a classe dominante, daí surgem aparatos capazes de dominar, controlar, ou até torturar, como em uma corrente behaviorista, para conversão de identidades e sexualidades desviantes da norma para que se mantenha certa hegemonia no comportamento sexual e a adoção de uma identidade primária, correta e as opostas, incorretas. Estes, historicamente tem sido o método mais eficiente para controlar a classe oprimida, neste caso os membros da comunidade LGBTQIA+<sup>3</sup> (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, pessoas *queer*, intersexuais, assexuais).

Pode sintetizar que estes dois mecanismos de repressão social, os papéis de gênero e a heteronormatividade, constituem-se em uma soma de normas sociais que marginalizam todos os indivíduos que destoam da norma, os levando a periferia social.

É importante lembrar que não há uma única expressão de gênero e de sexualidade e assim como afirmam os autores supracitados, todas as teorias acerca da subjetividade das relações do ser humano são carregadas e imbuídas pelo contexto social e cultural vigente.

Neste estudo é pertinente a discussão de como essa estrutura social de repressão, que foi historicamente construída, tem se perpetuado através da educação, como ela surgiu e que tipo de estratégia pedagógica pode ser tomado para mover-se contra a cultura excludente heterossexista e machista.

## **A educação e os padrões e preconceitos sociais construídos**

Parte-se da concepção que é necessário, para uma ampla compreensão de temas como sexo e gênero, tão amplamente usados em contextos sociais contemporâneos, possam ser incorporadas as práticas educativas de forma natural e sem nenhum tipo de preconceito. Segundo Furlani (2005) “[...] há um entendimento de interação de fatores na determinação do sexo, ou seja, ele deve ser resultado de uma gama de fatores que atuam e interagem em harmonia, ou pelo menos assim o deveriam, no plano físico, psicológico e social” (FURLANI, 2005, p. 51).

Já Cruz (2012) ao discutir sobre o tema sexo, refere-se ao sexo biológico, macho e fêmea, relacionados à reprodução. A construção do gênero Homem ou Mulher, e todas as suas normas que acompanham (vestuário, brincadeiras, músicas, programas de televisão, etc.) se caracterizam como uma construção social de identidade, onde, se aprende através da convivência com pessoas que apresentam o seu mesmo sexo biológico. Nesta perspectiva, absorve-se aquelas características distintas para a construção de sua identidade. Vê-se então uma forte relação na construção social deste o nascimento da criança, onde quando esta apresenta sexo masculino ou feminino, têm-se toda uma expectativa de caminhos a serem seguidos, desde gostos a profissões, até locais sociais onde se deve ou não frequentar.

Tem-se como norma social que o indivíduo que nasce como macho, adote posturas estabelecidas do sexo masculino, como ser forte, resistente, protetor, gostar de esportes, assim como para aquele que nasce no sexo feminino espera-se que este adote todos os preceitos da feminilidade construídas historicamente, como ser

---

<sup>3</sup> Optar-se-ia pela utilização mais completa da sigla pela inclusão de grupos sexuais ainda marginalizados em sociedade e estudos acadêmicos.

Usa-se o sinal de mais, pois é do entendimento que as identidades são mutáveis e que a sigla não é fixa e está sempre em constate mudança para dar cabo da diversidade.

submissa ao primeiro, característica herdada do machismo imposto em sociedade, além de ser delicada e gostar de enfeitar-se (BEAUVOIR, 1949; FURLANI, 2005; CRUZ, 2012).

A postura de relações de poder construída socialmente, onde o macho, em diversas culturas, apresenta posições superiores ao indivíduo do sexo feminino transpõe-se para os processos educativos, quase, e erradamente, como uma norma natural. Ao criar um ambiente de educação separado pelo gênero, onde se imagina que certas coisas (atitudes, gostos e acessórios) são coisa de menino e outras, coisas de menina; ao imbuir cores ao gênero, por exemplo, se reforça a ideia de uma construção de papéis sexuais binários e dicotômicos. Exclui-se, assim, aqueles que não se constituem na norma considerada natural, e apresentam sua identidade de gênero, ou seja, como se identificam, diferentes daquela esperada (pessoas transgênero, transexual ou travesti): pessoa que nasce no sexo masculino, mas se identifica com o universo construído pelo feminino, e também o contrário, indivíduo que nasce no sexo feminino, mas identifica-se com características masculinas, ou ainda pessoas as quais não se identificam com nenhum dos universos ou ambos, no caso de pessoas chamadas de não binárias, agêneras ou gênero fluído (CRUZ, 2012).

Cruz (2012) cita Dubar quando se refere ao significado de identidade, este entende-a como o “[...] resultado de um processo de socialização pelo qual um ser humano desenvolve suas maneiras de estar no mundo e de relacionar-se com as pessoas e com o meio que a cerca se tornando um ser social” (2005, p.185; apud CRUZ, 2012) e ainda conforme Dubar “A identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo [...]” (2005, p.185; apud CRUZ, 2012). Ou seja, a identidade é um processo de reflexão da percepção individual do processo civilizatório de vida social. O indivíduo adota postura que se enxerga semelhantes.

No século XXI, após a construção histórica de uma sociedade sexista e heteronormativa a educação enfrenta obstáculos para romper com esses padrões. Seja pelo desconhecimento que os educadores possuem sobre o tema, seja por parte do conservadorismo que muitas famílias adotam, ou ainda pela pressão social que estes costumes exercem nas escolas, pois geralmente o ambiente escolar é reprodutor desses padrões, contribuindo assim para o fortalecimento de expressões sexistas, machistas e homofóbicas (MARTINS, 2017).

Em contrapartida as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação em seu 7º Art, V, institui que a educação deve romper com os “padrões de dominação, etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2009). Isto é, a educação deve partir do pressuposto de uma educação lúcida e crítica quebrando com a ideia de que as reproduções de costumes de épocas históricas passadas servem para o momento contemporâneo.

As discussões teóricas, que já existem na área da educação, sobre sexualidade e seus temas correlacionados, alcançaram níveis elevados e complexos, porém carecem de profissionais e pessoas capacitadas para exercê-lo de forma mais efetiva.

Vê-se nas escolas, geralmente, a prática cultural vigente em sociedade, uma perspectiva que só admite a heteronormatividade e a hierarquia de gêneros impostas socialmente. Em muitos espaços educativos escapa ao conhecimento dos profissionais de educação, que conceitos como os de masculinidade, feminilidade e normalidade são criados e sustentados de forma cultural. Deve-se lembrar que os profissionais da educação não se encontram fora das comunidades em que vivem, logo se tornam reprodutores dos conceitos criados por esta, segundo Madureira; Branco (2015) encontra-se ainda diversos obstáculos culturais nas

discussões acerca de gênero entre muitos educadores formais e não formais.

Estas discussões e preocupações ganharam força no século XXI, graças a luta dos movimentos feministas no mundo que ao discutirem os papéis de gênero, levaram consigo a discussão da sexualidade e da liberdade que impulsionaram os movimentos LGBTQIA+ que buscam a desconstrução dos padrões heterossexistas que são tidos hoje como normas sociais.

Há ainda muitas dificuldades no meio educativo em abordar temas relacionados a sexualidade, alguns trabalhos recentes, citados por Forlanetto et. al. (2019), apontam os principais entraves que ainda persistem entre os educadores e educandos, são estes a abordagem repressora em relação aos questionamentos e dúvidas sobre sexualidade em sala de aula; a educação sexual tendo como foco apenas o entendimento da heteronormatividade; a perpetuação de crenças homofóbicas e heteronormativas no meio escolar; a falta de diálogo professor-aluno referente às questões sexuais e ainda uma resistência de muitos profissionais das escolas com temáticas sobre sexualidade no ambiente escolar.

Em um ensaio ilustrativo sobre o tema Constantina Xavier Filha (2015, p. 18) diz que:

[...] a criança tem sexualidade desde que nasce. Essa sexualidade é diferente da sexualidade adulta. A criança se expressa sexualmente com seu corpo: sente prazer, desprazer, pergunta sobre suas teorias e dúvidas, toca seu corpo e o de outrem, busca responder às suas questões. Assim, vai construindo as identidades de gênero: aprendendo e interagindo com as pedagogias de gênero e sexualidade num ambiente em que está constantemente se relacionando, não como sujeito passivo, mas ativo na construção

da sua subjetividade (XAVIER FILHA, 2015, p.18).

Acredita-se que esta discussão se tornou extremamente pertinente ao passo que se defende práxis educativas libertadoras, onde o indivíduo educado através de um processo dialógico e de respeito, busca compreender seu papel na sociedade e assim age com princípios humanísticos onde a liberdade, a diversidade e a justiça social definem sua postura de caráter frente aos demais agentes sociais a sua volta.

### **Em busca de uma pedagogia “não normativa”**

Furnaletto et al., (2018) em uma pesquisa bibliométrica sobre educação sexual nas escolas brasileiras constatou que as ações desenvolvidas nas mesmas não atendem o preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, especialmente quanto a transversalização do tema. É uma constatação de que é preciso investir tanto na formação dos profissionais de educação para que se apropriem do tema de forma complexa, auxiliando na quebra de preconceitos culturalmente construídos, como em políticas educacionais efetivas de práticas pedagógicas libertárias.

Nesta mesma pesquisa as autoras e autor, trazem um quadro síntese que demonstra a partir de análises de artigos recentes<sup>4</sup>, que há ainda enormes preconceitos sobre temas como sexualidade, homossexualidade e estudos de gênero nas escolas, entre os principais destacam-se: abordagens repressoras dos professores e professoras, ações de educação sexual que abordam apenas os aspectos da heteronormatividade, perpetuação de crenças homofóbicas e heteronormativas e machistas e uma clara resistência de muitos profissionais em educação em abordar estes temas no ambiente escolar.

---

<sup>4</sup> Zanatta et al (2016); Bortolini (2015); Quirino e Rocha (2013); Russo e Arreguy (2015)

Uma outra constatação neste trabalho foi o caráter pouco transversal com que estes temas são abordados, pois os professores principais responsáveis por terem tratado estes temas foram os das ciências biológicas, mesmo assim com meros 16,6% do total. A pesquisa revelou ainda que foram atividades de outros profissionais em ações pontuais e esporádicas, na forma de ações interventivas extra aulas, que de alguma forma foram lembrados na pesquisa, como os da enfermagem com 37.5%, ou estudantes universitários de programas como PET - Saúde (Programa de Educação e Trabalho). Assim, Furnaletto et al., (2018) constata que:

De modo geral, as atividades desenvolvidas se caracterizam por intervenções temporárias, realizadas por profissionais que não pertencem ao quadro escolar. Essas atividades atingem apenas uma parte da população escolar, concentrando 75% das ações no ensino fundamental (5º ao 9º ano), e 25% no ensino médio (p. 10).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998), cujo objetivo é servir de orientação a todas as escolas em suas propostas pedagógicas, há entre os dez cadernos dos PCN, um que se refere a orientação sexual. Este visa auxiliar aos educadores a tratarem de temas que se referem a sexualidade no ambiente escolar, o objetivo é contribuir para que os educandos possam exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade (FURLANETTO et al., 2018). Neste sentido a proposta dos PNC, é que o tema seja tratado nas escolas de forma transversal, perpassando todas as áreas do conhecimento, e em todas tendo a mesma relevância, e não tratado com maior importância em áreas em que geralmente é visto com maior possibilidade de abordagem, como nas ciências biológicas, como geralmente acontece. Neste documento a uma postura que propõe a todos os educadores uma visão ampla sobre os aspectos que envolvem a sexualidade,

incluindo seu caráter cultural, social e histórico que formou a sociedade brasileira (BRASIL, 1998).

Os PCN não sugerem uma abordagem específica; entretanto, orientam que, a partir do 5º ano do ensino fundamental, em espaço específico, os temas sejam levantados pelos adolescentes de forma participativa, cabendo ao educador a organização da atividade e a inclusão de temas relevantes que não tenham sido citados pelos alunos. Tal ação visa a proporcionar um espaço de diálogo, esclarecimento e problematização de questões que favoreçam a reflexão e resignificação de informações, emoções e valores recebidos e vividos no decorrer da história (FURLANETTO et al., 2018, p. 564).

Apesar do caráter emancipatório que os PCN possuem, não conseguiram estabelecer uma perspectiva educativa libertadora em relação os aspectos da sexualidade entre a maioria dos jovens no Brasil, pesquisas recentes ainda sugerem vários empecilhos para o tratamento do tema entre os educadores, entre estas se destacam: a) falta de conhecimento do tema e de como abordá-lo, entre os professores e gestores escolares; b) o preconceito das famílias, dos professores e dos gestores; c) o receio que alguns educadores tem de sofrerem represálias ao tratarem dos temas que envolvem a sexualidade e d) uma postura sexista, machista e preconceituosa que muitas escolas sofrem das comunidades em que se localizam, muitas com influências de caráter religioso.

Reflexo deste contexto conservador da sociedade brasileira é o texto que prevaleceu na Base Nacional Comum Curricular em que foi censurado termos como “gênero” e “orientação sexual”, sendo substituído pela genérica e pouco conhecida expressão dimensões da sexualidade humana. A alegação era de que tais termos cunhavam uma suposta ideologia de gênero, expressão falaciosa imposta pela bancada

evangélica e políticos conservadores, para justificar a troca de expressões na legislação.

O termo gênero passou a ser um tema temido pelos conservadores, geralmente da ala religiosa da política brasileira atual (2020), que acabaram por promover uma verdadeira cruzada, em muitos casos com visões erradas e preconceituosas, contrários a inclusão das temáticas ligadas a gênero, sexualidade, diversidade, nas políticas públicas educacionais e a práticas pedagógicas nas escolas.

As discussões de gênero não desejam impor uma ideologia, ou afirmar uma única identidade de gênero, mas sim, propor um debate para se repensar padrões socialmente construídos e petrificados, é partir dos estudos de gênero que a ideologia de gêneros binários e opostos é posta em discussão. Segundo Hall (2006) a identidade não é fixa, e não é possível possuir uma única identidade. A identidade é uma construção social, histórica e cultural, tem estreitas conexões às relações de poder, são fragmentadas, às vezes contrárias, inconsistentes e inacabadas. Devido a isso, segundo o autor supracitado um indivíduo pode ser construído a partir de múltiplas identidades de gênero, sexuais, de classe e ou raça, que se inter-relacionam e o posicionam em seus diversos contextos socioculturais.

Muitos dos diálogos que contribuem para uma visão mais conservadora partem de uma suposta perspectiva naturalista. Segundo Foucault (1979) o discurso da naturalização não passa de um dispositivo que trata práticas institucionais e políticas que o sujeito constituiu, usadas para manter certos interesses em detrimento de outros em uma sociedade na estrutura das relações de poder.

É necessário para a construção de uma sociedade participativa e igualitária fazer a revisão de seus conceitos sobre o que se defende como “normal”, sobre o que se chama de construção social, pois a simples invisibilização da característica de um

indivíduo pode acarretar na extirpação de muitas pessoas em uma sociedade. É necessário admitir que a escola não apenas transmite conteúdos e nem mesmo apenas os produz, ela também fabrica sujeitos e suas identidades através de relações de poder. Na sociedade contemporânea uma escola moldada em padrões conservadores reproduz relações de desigualdade e opressão.

A escola é símbolo da educação, e esta se constituiu como uma prática política e social embasada nas normas culturais e jurídico-legais estabelecidas em sociedade. Quando a partir de processos sociais estas normas são reproduzidas de forma preconceituosa, não só no ambiente escolar que ela irá se reproduzir, mas fortalece a perpetuação desses valores entre toda a sociedade (LOURO, 2001).

Louro (2001) argumenta que os sujeitos em uma sociedade com padrão heteronormativo acabam por construir suas identidades de gênero, necessariamente identificando-se ou como masculino ou feminino. Muitas vezes, esta necessidade de identificação com um papel sexual advém de pressões exercidas pela e na cultura heteronormativa onde é necessário ser homem masculino e mulher feminina. A não identificação acaba por nem ser pensada, ou uma visão oposta ao sexo biológico é abominada, pois ao se constituírem em uma cultura que oprime e considera anormais estas expressões fora da norma, o indivíduo se vê na obrigação de adequar-se-á para fazer parte da sociedade.

Nesta mesma visão de mundo, é adotada a heterossexualidade compulsória, onde assim como a identidade de gênero, há uma necessidade de estar em relações heterossexuais (com parceiros do sexo oposto) desconsidera-se que [...] “as identidades sexuais seriam formas pelas quais os sujeitos expressam e vivem seus desejos: ora com sujeitos do seu mesmo sexo, de sexo oposto, com ambos os sexos, sem parceiros/as ou sem desejo de praticarem o ato sexual” (XAVIER FILHA, 2018, p. 17).

Ainda aliado a este debate, percebe-se que mesmo dentro da comunidade LGBTQIA+, que engloba pessoas nestas realidades, há a reprodução de mecanismos advindos desta heteronormatividade. Este quadro é percebido quando em relações homoafetivas a barreira do papel de gênero é transposta, Fry; Macrae (1991) expõem isso ao analisarem que ao serem vistos juntos dois homens, ou duas mulheres; aquele que expressa a si mesmo através, das roupas, falas, trejeitos, de forma a aproximar-se do gênero oposto, é visto como o submisso da relação (no caso de uma relação homossexual entre homens) ou como posição de dominação e liderança (no caso de uma relação homoafetiva entre duas mulheres). A bicha afeminada, como é chamado o homem gay afeminado, e a sapatão fancha, mulher lésbica masculinizada, ao adotarem posturas que não correspondem ao seu gênero, são diminuídas e ridicularizadas, ainda ao falar da bicha afeminada, essa por se aproximar do universo feminino é vista como passiva na relação sexual e subserviente ao seu homem, parceiro mais masculino. Aqui há certa postura machista e homofóbica na medida em que o homem gay só é homem se corresponder às regras do masculino e não assumir a posição passiva em uma relação.

Estes padrões de comportamento que oprime quem se apresenta como diferente, que rompe com as barreiras culturais a muito consolidadas, é reforçado em posturas educacionais que levam ao sujeito a naturalização de uma única expressão de sexualidade e a visão de uma dualidade no gênero, que imagina um primeiro e um segundo sexo, dependente e mais frágil do que seu antecessor.

Segundo o inesquecível mestre Paulo Freire (1968) a educação se constitui em uma forma de emancipação, que através do diálogo e práticas ativas de convivência se constrói, com seus atores, uma sociedade mais equânime. Diante disto, é importante ressaltar que a educação no Brasil segue um conjunto de normatizações dadas pela lei

9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que serve como guia para formular os planos curriculares, que por si embasam os currículos de cada escola no país. A escola não deveria ser um espaço de formação de indivíduos para mercado de trabalho, mas sim ser encarada como um amplo ambiente de discussões no enfrentamento de diversas realidades e preconceitos, onde os educandos deveriam ser instigados ao pensamento crítico e ecológico da realidade em que vivem.

### **Considerações Finais**

A sexualidade, os assuntos relacionados a sexo ou a educação sexual, ainda são consideradas tabu na sociedade brasileira, o que acaba por reverberar o discurso hegemônico da heteronormatividade e ao fortalecimento de padrões altamente sexistas e excludentes de uma significativa parcela da população, que não se enquadra as estas normas estabelecidas no contexto social conservador.

A sexualidade é diretamente associada com a construção do gênero a partir do sexo biológico. Porém há a necessidade de se romper com este paradigma cultural, que já perdura por milhares de anos e fortalece meios de dominação e opressão. O que configura os papéis sexuais na sociedade não passam de construções sociais que advogam as obrigações de cada ator social; regram seus gostos, seus vestuários e até seu próprio vocábulo e locais, em que, uma parcela de pessoas podem estar ou não. O que configura a identidade de gênero são construções de significados sociais que antecedem os indivíduos e são modificadas historicamente a partir da forma com a qual a realidade é interpretada pelos atores sociais. Enquanto a sexualidade é uma expressão da forma de atração e relação afetiva de um indivíduo a outro, ou a nenhum, entendida como uma condição

inata do ser, suscetível a (re) descobertas e auto identificações na medida em que consegue ver no outro um semelhante, é através da representatividade que se é possível identificar a si mesmo. É necessário romper com o mito que funda as relações de poder sexistas e machistas de que sexo-gênero-sexualidade são hierárquicas e dependentes; ainda, é de extrema necessidade que se rompa com a percepção de gênero enquanto binário e dicotômico. Partindo disto deve-se romper com a ideia de um segundo sexo subserviente ao primeiro, ideologia que é a base do pensamento machista.

A educação assume papel crítico nessa mudança cultural, já que, se configura como a primeira instância formal de perspectiva de transformação do indivíduo. A práxis educativa só se tornará plena quando o indivíduo, ao finalizar o processo de educação básica, for capaz de refletir sobre a realidade e construir sua vida com base em seus próprios preceitos, capaz de sempre aprimorar seus mecanismos de tradução da sociedade em que vive.

Uma prática pedagógica libertadora para a pressão imposta na cultura heterossexista, poderia ser pensada em pequenas ações, como por exemplo, o rompimento da estigmatização e diferenciação dos atores sociais pela binariedade do gênero, ou ainda, ao referenciar às múltiplas sexualidades e não apenas apresentar a heterossexualidade. Ao adotar o discurso sexista e heteronormativo a prática pedagógica reforça e reverbera um discurso excludente, passando ao educando uma percepção de realidade distorcida, que reforça uma estrutura de exclusão onde poderão ocorrer violências verbais, psicológicas e físicas aqueles que destoam da norma. Uma práxis que reforça esta realidade levará aos educandos o entendimento de que um indivíduo que destoa da regra é errado, uma abominação, anormal.

Ainda o ator social que não se sente representado nas normas estabelecidas neste ambiente escolar, acaba por se excluir

das atividades de ensino prejudicando o ensino-aprendizagem; se afasta de seus colegas e professores diminuindo sua interação social; muitas vezes assume uma personalidade dentro e ou fora de casa para não ser visto como aberração pelos familiares e amigos, quando os tem. Em algumas vezes se sente deprimidos, tristes e em pensam em suicídio. Em um estudo da Associação Nacional de Treansexuais e Treavestis (ANTRA) apontam que muitos jovens LGBTQIA+ já pensaram, ou tiveram comportamentos suicidas.

Partindo deste princípio, pensar a educação como uma ferramenta libertadora, se consiste não apenas em uma mera reprodução de conteúdo através da repetição e memorização. A práxis pedagógica deveria ser organizada e pensada de forma a que os seus atores possam construir um ambiente onde a educação e o saber são dados a partir de um livre diálogo em uma percepção não hierarquizada, a ideia aqui é a de um ambiente onde professor e estudante possam discutir um assunto sem que haja um detentor do conhecimento, já que este é fruto da construção e não é inapto a mudança.

Pensar uma pedagogia libertadora, como a imaginada por Paulo Freire, é pensar em uma forma de educação que leve a possibilidade do livre pensamento ao seu estudante, para que esse deixe de ser um ator meramente adestrado para reproduzir conhecimentos básicos no mercado trabalhista alimentando uma lógica de reprodução de opressões. Ao se imaginar uma instituição escola, que reproduz em macro e micro atitudes ideias preconceituosas, ela está reforçando padrões que excluem uma parcela da população e acaba por diminuí-los e marginaliza-os por não atenderem um dito conjunto de normas e pensamentos pré-existent sem ao menos questiona-los.

A ideia deste estudo e pôr em debate as questões que norteiam o debate da identidade de gênero e da sexualidade. Buscou-se aqui elucidar algumas discussões

sobre a educação e a sociedade contemporânea. Acredita-se neste estudo que o processo educativo deve levar o estudante a pensar sobre a sociedade, sobre cidadania e (re) imaginar suas ações e as

## REFERÊNCIAS

BAGEMIHL, Bruce. **Biological Exuberance Animal Homosexuality and Natural Diversity**. Stonewall Inn Editions. 1999. Edição: Reprint.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1949. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> Acesso em: 23 de nov. 2019.

BUTLER, Judith. **El marxismo y lo meramente cultural**. New Left Review, n. 2, mai-jun. 2000. Disponível em <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10921>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Aldryn; MATOS, Fátima; MESQUITA, Rafael Fernandes de; MACHADO, Diego. **GÊNERO IMPOSTO - Coação e Punição Hegemônica. REVES - Revista Relações Sociais**, v. 3, n. 2, p. 0034-0048, 10 abr. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/9679>

ações de quem os rodeia na sociedade. É emergente que (re) pensemos nossa forma de estar no mundo e de agir com os outros indivíduos.

CRUZ, Maria Helena Santana. Refletindo Sobre Diversidade de Gênero no Campo da Educação. **Saberes em perspec., Jequié**, v. 2, n. 2, p. 13-32, jan./abr. 2012. Disponível em <https://philpapers.org/rec/CRURSA>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal editor, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

FRY, Peter. MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FURLANETTO, Milene Fontana; LAUERMAN, Franciele; DA COSTA, Cristófer Batista; MARIN, Angela Helena. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**. v. 48, n. 168, p. 550-571, ab./jun., 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf>

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar!: um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis**. Tese do doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOURO, Guarcia Lopes. **Curriculo, Gênero e Sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2011.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral; BRANCO, Ângela Uchoa. **Gênero**,

sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300005&lng=pt&nrm=iso). acessos em 26 jul. 2018.

MARTINS, Cícero Félix. Gênero e Sexualidade na Educação Contemporânea. Id. on Line **Rev. Psic.** v. 10, n. 33. Supl. 2. Jan. 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/652> Acesso 10/08/2018.

MOREIRA FILHO, Francisco Carlos; MADRID, Daniela Martins. **A Homossexualidade e a sua História.** ETIC- Encontro de Iniciação Científica - ISSN 21768498, v. 4, n. 4. 2009. Disponível em <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1646>

NATIVIDADE, Marcelo OLIVEIRA, Leandro de. **As Novas Guerras Sexuais: diferença, poder religioso, e identidade LGBT no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamound, 2013.

PIMENTEL, Alessandra. O Método da Análise Documental: Seu Uso Numa Pesquisa Historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179 - 195. novembro/2001. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>

PRATA, Marcelo Ricardo. Serviço Social e a Homossexualidade. Em Debate 05 (2007). **Rev. do Dep. de Serviço Social PUC-Rio.** Link: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br> Acesso em 05/12/2018.

RAMOS, Sebastian. Provocações e Problematizações de Gênero. In. SILVA, Irlana Jane Menas; ESTRELA, Sineide Cerqueira; ANDRADE, de, Maria Eurácia Barreto. **Políticas e Práticas**

**Educacionais: dilemas e proposições.** Jundaí: Paco Editorial, 2018, p. 153-167.

RODRIGUES, Humberto. **O amor entre iguais.** São Paulo: Mythos, 2004.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, n. 1. jul. 2009. Disponível em <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>

SILVA, da Ferreira Estevão Matheus. BRABO, Marcelino Antonelli Suely Tânia. MORAIS, Alessandra de. Educação em Direitos Humanos Desenvolvimento Moral na Formação Docente: a Influência da Religiosidade em Tempos de “Ideologia de Gênero. **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. esp. 2, p. 1260-1282, nov. 2017. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10173>

XAVIER FILHA, Constantina. Sexualidade e identidade de gênero na infância. **Rev. Diversidade e Educação**, v.3, n.6, p. 14-21, jul./dez. 2015. Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6375>